

O tamanho do Brasil

MARINA SILVA *

O que você vai fazer no Senado? Desde que fui eleita, em 3 de outubro, essa pergunta aparece de muitas formas, com palavras diferentes. Perguntam-me sobre perspectivas, projetos, planos, idéias. Tenho procurado responder enfatizando as questões que a minha origem amazônica e os meus ideais políticos colocam como sendo as mais importantes. Mas penso sempre que existem, na verdade, duas questões. Uma é o que a senadora Marina Silva vai fazer, as idéias que vai defender, os projetos que vai apresentar. Outra, ou a mesma em seu aspecto mais pessoal, é o que eu, Marina, professora de História, 36 anos de idade, vou fazer no Senado. Para esta, a resposta que me ocorre é a seguinte: vou aprender. Vou seguir o curso da História do Brasil em 8 anos no Senado da República e vejo possibilidades infinitas para este aprendizado.

Sem querer ser arrogante, penso que essa disposição para aprender deveria ser a atitude natural de todos os políticos, mesmo os mais experientes. Os desafios que o Brasil nos coloca agora, neste final de milênio (meu mandato se encerra no ano de 2.002!), são muito grandes, talvez maiores do que todo o conhecimento que já acumulamos até agora. Basta um exemplo, a violência nas grandes cidades, para mostrar que a conquista da democracia não foi acompanhada de um aumento de capacidade de produzir soluções. O poder político tem sido exercido mais como um jogo do que como um trabalho, e o debate sobre as grandes questões nacionais tem sido, quase sempre, muito superficial.

Esse debate prossegue agora, como um novo governo federal, novos governos estaduais e grandes mudanças no Congresso, onde estarei. O lugar em que nasci e o povo que represento levam-me, inicialmente, a insistir em manter na agenda brasileira um assunto inadiável: a

importância da Amazônia no destino do Brasil. No Acre temos resistido, muitas vezes sacrificando vidas como a de Chico Mendes, contra uma política de desenvolvimento totalmente equivocada para a nossa região. É preciso rever essa política em todos os seus detalhes, desde as definições estratégicas da economia até as decisões específicas de cada setor: índios, garimpo, madeira, transportes, etc. Não é um tema novo, o mundo inteiro já se pronunciou a seu respeito. O problema é que, quase sempre, esqueceu de ouvir a opinião dos próprios amazônidas.

Não se trata de mera defesa de interesses regionais ou de grupos, como tem sido tradição na política brasileira. Penso que a Amazônia pode ser o cartão de entrada do Brasil nas novas relações internacionais. Podemos deixar de ser conhecidos como devastadores de florestas e exterminadores de índios. Podemos deixar de ser simplesmente exportadores de matéria-prima, sem tecnologia e até sem inteligência. Sonhando mais alto, podemos oferecer ao mundo exemplos de soluções práticas para o impasse entre a civilização humana e a natureza. Parece uma utopia ingênua? Mas que outro país, além do Brasil, pode sonhar assim?

É também a minha origem social que me coloca outro tema, o chamado *apartheid social*. Para mim, o principal dilema de nosso país é achar o caminho para a justiça social. Não se trata apenas de adotar medidas econômicas ou assistenciais, mas de rever o nosso projeto de civilização. Essa exclusão está infiltrada em todos os aspectos da nossa vida. Está no comportamento diário das pessoas, na relação entre a administração pública e os cidadãos, no sistema escolar, nos hospitais, nas delegacias, em toda parte. Há uma mentalidade coletiva baseada na exclusão, que impede a formação de uma ética da solidariedade, reforça o desejo da ascensão social a qualquer preço e acaba justificando o uso da violência. Os sistema político tem-se utilizado de maneira criminoso dessa situação, através do assistencialismo eleitoral. Em muitos lugares ainda se troca o voto por um prato de comida. Afinal, na pobreza pode haver dignidade, mas na miséria é muito difícil. Às vezes me pergunto se o Brasil está realmente preparado para crescer, com a inclusão em seu projeto de nação de milhões de pessoas que hoje estão excluídas.

Qual é o tamanho do Brasil? Na verdade, é essa a pergunta que a Amazônia e os milhões de excluídos estão colocando. Nosso país não conhece a si mesmo. Para que encontre novos caminhos será necessário um diálogo do qual participem aqueles que até agora não foram escutados. O Congresso Nacional tem o dever de realizar esse diálogo que, a meu ver, tem dois pressupostos.

O primeiro é uma nova visão do poder. Precisamos de um grande número de lideranças que não queiram concentrar o poder, mais diluir, distribuir com a sociedade. A ampliação da democracia requer o estabelecimento de parcerias legítimas, baseadas na divisão de responsabilidades. Partidos, sindicatos, ONGs, igrejas, comunidades, empresários, trabalhadores, todos devem ser chamados a uma participação diferente das práticas de *lobby* e pressão corporativa que predominaram até hoje. A ênfase dessa participação deve estar colocada na apresentação de propostas, alternativas, opções para a negociação.

O segundo pressuposto do diálogo é uma sólida base ética. Não sei se existem leis morais universais, mas acho que as diferenças sociais e políticas não podem gerar valores éticos tão diferentes que impeçam o entendimento na solução dos problemas que enfrentamos. O Congresso Nacional tem o dever de iniciar agora uma nova era, punindo com rigor toda corrupção e desautorizando o fisiologismo, mantendo uma atitude de isenção, independência e séria vigilância em relação aos governos estaduais e federal. Um Congresso assim poderá ser o lugar onde vai ocorrer o diálogo do Brasil consigo mesmo.

Nesse Congresso, espero encontrar companheiros que queiram um Brasil maior: mais largo, para incluir a Amazônia, e mais alto, para elevar os que hoje vivem na miséria. Nesse diálogo, quero erguer a voz para dizer a minha palavra. E escutarei, com atenção, respeito e humildade, a palavra de outros brasileiros. E, daqui a oito anos, tendo aprendido bastante, quero também ter ajudado a ensinar uma nova História do Brasil.